

## POLÍTICA

## AUXÍLIO-MORADIA

# Protesto de juízes afeta tribunais em oito estados

MAURO SCHAEFER

No próximo dia 22, STF vai julgar ações que discutem pagamento de benefício a todos os magistrados do país

O protesto dos juízes federais e do trabalho, em defesa do auxílio-moradia para a categoria, afetou o funcionamento de tribunais em oito estados: São Paulo, Pará, Alagoas, Piauí, Minas Gerais, Sergipe, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte, além do Distrito Federal. Segundo balanço parcial da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), houve paralisação de algum magistrado em ao menos 11 estados. Em Porto Alegre, 85% dos juízes aderiram ao protesto. Em Pernambuco, a adesão teria sido total.

As manifestações foram marcadas após a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, pautar para o próximo dia 22 as ações que discutem o pagamento do auxílio-moradia de R\$ 4,3 mil a juízes. Entre as seis ações a serem julgadas estão aquelas em que o ministro Luiz Fux concedeu liminares (decisões provisórias) em 2014 para estender o auxílio-mo-



Siga as instruções da capa e confira protesto de juizes em Porto Alegre

Reunidos em Porto Alegre, manifestantes debateram reivindicações

radia a todos os magistrados.

“Vivemos hoje um momento quase de exceção, em que magistratura e Ministério Público são satanizados, não porque deixam de realizar seu trabalho, mas exatamente porque cumprem as suas funções”, afirmou o juiz Rodrigo Trindade de Souza, presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). Segundo ele, há diversos projetos de lei no Congresso que visam inviabilizar o trabalho da categoria. “Já não tenho mais dúvidas de que todo esse movimento orquestra-

do de diminuição de magistratura e MP tem um significado de reação ao cumprimento de suas funções constitucionais de combate à corrupção e ao abuso do poder econômico.” O presidente da Associação dos Juizes Federais do Rio Grande do Sul (Ajufergs), Gerson Godinho da Costa, frisou que o objetivo do ato não foi apenas o auxílio-moradia. “Não adianta julgar que não cabe auxílio-moradia para nenhum magistrado enquanto os poderes Executivo e Legislativo permanecem ganhando. O STF precisa julgar, mas com profundidade.”